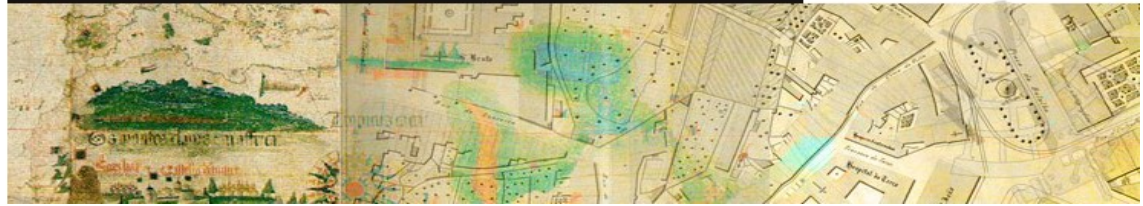


**IV SIMPÓSIO  
LUSOBRASILEIRO DE  
CARTOGRAFIA HISTÓRICA****IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica**

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

**Jorge Martins Ribeiro-**

jorge.martins.ribeiro@gmail.com

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais

Faculdade de Letras

**O lote perdido e a edificação da embaixada de Portugal em Washington, DC****Resumo**

Filadélfia foi a primeira capital dos Estados Unidos, mas como não se revelava adequada para tal fim foi decidido construir uma nova cidade para o efeito. Foi escolhido um terreno, pertencente ao estado do Maryland na intersecção dos rios Potomac e Anacostia. Um jovem arquitecto francês Pierre Charles L'Enfant ofereceu-se para desenhar o projecto e foi aceite por George Washington e Thomas Jefferson. Washington, DC foi projectada em forma de grelha. Alguns quarteirões foram oferecidos a países com os quais os Estados Unidos tinham relações diplomáticas, de forma, a que pudessem aí construir os edifícios das suas embaixadas. O representante Português junto do governo americano, Cipriano Ribeiro Freire foi convocado para visitar a nova cidade, a fim de escolher um terreno. De facto escolheu um quarteirão mesmo junto à Casa Branca, hoje um espaço do domínio público entre a 17th Street, a State Place, a South Executive Avenue e a E Street. Chegou-se mesmo a contractar um arquiteto britânico George Hadfield para projectar o edifício, mas infelizmente, a época não foi boa para a sua construção. Entre 1799 e 1805 Lisboa não teve nenhum ministro nos Estados Unidos e, depois desta data, entre 1816, os interesses portugueses estiveram nas mãos de um encarregado de negócios. Isto, a ocupação de Portugal metropolitano pelas forças Francesas (1807-1811), a transferência da Corte para o Brasil e as guerras civis que devastaram o país na primeira metade do século XIX, tornaram impossível que os Portugueses levassem avante este projecto. Assim, quando em 1850 o ministro Joaquim César de Figanière e Morão chamou a atenção para este assunto ao Governo Português, tornou-se evidente que era demasiado tarde para recuperar o terreno.

Palavras-chave: História Diplomática, Washington, DC, projecto de cidades

**Abstract**

Philadelphia was the first capital of the United States, but being unsuitable for that purpose it was decided to build a new capital city. It was chosen a piece of land belonging to the state of Maryland in the intersection of the Potomac and Anacostia rivers. A young French architect Pierre Charles L'Enfant offered himself to draw the plans what was accepted by George Washington and Thomas Jefferson. Washington's, DC was drawn in the form of a grill. Some of the blocks were offered to the countries with whom the United States had diplomatic relations, so that that they could

build there their embassies. The Portuguese representative next to the United States government, Cipriano Ribeiro Freire, was summoned up to the new city, in order to choose a piece of land and he selected a quarter right next to the White House, today a public space, among the 17th Street, the State Place, the South Executive Avenue and the E Street. The Portuguese even hired the British architect George Hadfield to draw the building's plans. Unfortunately the epoch was not good for Portugal to build such an expensive building. Between 1799 and 1805 Lisbon had no minister in the United States and between 1805 and 1816 Portuguese interests were in the hands of a chargé d'affaires. This, the occupation of metropolitan Portugal by French forces (1807-1811), the transference of the court to Brazil and the civil wars that ravaged the country in the first half of the 19th century, made impossible for the Portuguese to go forward with this project. So, when in 1850 the minister Joaquim César de Figanière e Morão called the attention to this issue to the Portuguese Government it became evident that it was too late to recuperate this piece of land.

Keywords: Diplomatic History, Washington, D.C., City planning

Começamos por explicar o título que demos a esta comunicação, pois inspiramo-nos no do último livro de Dan Brown (2009) *O símbolo perdido*, cuja acção se passa precisamente na capital dos Estados Unidos. No entanto, apesar da nossa formação em História, no decurso da investigação feita, tanto nos *National Archives and Records Administration* de Washington, como no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, deparamo-nos com um episódio, que embora menor, na história do relacionamento luso-americano, não deixa de se revelar interessante, por ter a ver com a boa vontade do governo americano para com Portugal, oferecendo e aceitando a escolha de um local de excepção para a implantação da futura embaixada em Washington, DC.

Antes de mais, será de recordar que a América do Norte, Portugal, Madeira, Açores e Cabo Verde, desde cedo, mantiveram proveitosas relações de carácter comercial. De facto, estas regiões encontram-se inseridas no espaço atlântico, que Vitorino Magalhães Godinho diz ser "numa outra escala, um Mediterrâneo às avessas" (1978, p. 427-429). Portugal, além dos arquipélagos mencionados possuía, ainda, na parte sul oriental deste oceano, o Brasil imenso e, a ocidente, vários estabelecimentos na costa africana, além das ilhas de S. Tomé e do Príncipe, no golfo da Guiné. A partir do século XVIII os interesses económicos portugueses centram-se decididamente no Atlântico (RIBEIRO, 1997, p. 35). Enquanto isso, a costa da América do Norte, até à Península da Florida, estava nas mãos da Inglaterra, país com o qual Portugal assinou vários tratados desde a Idade Média e, logo nos inícios do século XVIII (1703), o célebre tratado de *Methuen*. Desta maneira, estabelece-se a preponderância política e económica da Grã-Bretanha no Portugal setecentista oitocentista (SERRÃO, 1993, p. 101-105; SIDERI, 1978, p. 38-47; GODINHO, 1978, p. 427-429; RIBEIRO, 1997, p. 35).

Por outro lado, de acordo com estudos por nós feitos, nas vésperas da Revolução Americana, o espaço português e as colónias inglesas da América eram economicamente interdependentes. As duas economias, apesar das dificuldades criadas pelo exclusivo colonial, complementavam-se, funcionando cada uma simultaneamente como fornecedora e mercado da outra. Do continente americano, Portugal e as ilhas atlânticas recebiam bens alimentares,

em que eram cronicamente deficitários, enviando para lá produtos, tais como vinho e sal, de que os norte-americanos careciam (RIBEIRO, 1997, p. 60).

Deste modo, podemos afirmar que existia um tráfego proveitoso e intenso entre as colónias inglesas da América do Norte e o império português, muito antes do começo da Revolução e independência americanas. Em nossa opinião é a importância deste tráfego, uma das explicações para o precoce estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos, depois da emancipação deste país da Grã-Bretanha. Refira-se, aliás, que os norte-americanos se mostrarão muito mais empenhados na prossecução deste objetivo que os portugueses, apesar do Congresso ser contrário à nomeação de representantes nas capitais europeias, com exceção de Londres, Paris e mesmo Berlim (RIBEIRO, 1997, p. 35).

Embora Filadélfia funcionasse como a primeira capital dos Estados Unidos e várias cidades se tivessem oferecido para se tornarem a sede da administração da jovem nação, o facto de alguns soldados veteranos terem ameaçado o Congresso e das autoridades de Filadélfia lhe terem recusado proteção, achou-se necessário criar, para o efeito, uma cidade de raiz. Para a localização da futura capital dos Estados Unidos, foi escolhido um grande espaço de terra, pertencente ao estado do Maryland, encerrado num pequeno recorte em forma de V criado pelo rio Potomac e pelo seu tributário, o Anacostia (na altura denominado como o afluente esquerdo) e onde existiam poucas habitações rurais. A implantação da cidade neste sítio ficou a dever-se a três homens, ao Presidente George Washington, ao Secretário de Estado Jefferson e ao arquitecto Francês Pierre Charles L'Enfant. Apesar de várias cidades se terem oferecido para se tornarem a capital do jovem país e de Filadélfia exercer essas funções, o facto de alguns soldados veteranos terem ameaçado o Congresso e das autoridades locais lhe terem recusado protecção, foi decidido que o governo federal devia ter a sua própria capital, numa cidade criada para o efeito.

O jovem Francês Pierre Charles L'Enfant ofereceu-se para desenhar a nova cidade capital, o que foi aceite por George Washington e Thomas Jefferson. Deste modo, ocupando o terreno escolhido, L'Enfant desenhou uma cidade em forma de grelha. Assim, além dos quarteirões limitados por 4 ruas, imaginou avenidas diagonais para ligar as principais colinas. Às ruas leste-oeste foram dados nomes alfabéticos (Rua C, rua D, etc), enquanto as norte-sul foram numeradas (rua 14, rua 15, etc) e às avenidas diagonais foram dados nomes de estados. Por outro lado, L'Enfant quis que as ruas fossem largas, muito mais do que em qualquer outra cidade da época. Numa das colinas, a denominada Jenkins Hill, então densamente coberta de árvores, determinou que fosse construído o Capitólio e na outra, afastada desta cerca de milha e meia, onde, na altura, existia um pomar, deveria ser levantado o palácio presidencial, a Casa Branca. Este projecto parece ter colhido a unanimidade das opiniões das autoridades americanas e Jefferson, orgulhosamente enviou cópias do projecto da nova cidade para as capitais estrangeiras, com o objetivo deste ser mostrado e admirado.

A fim de evitar futuros problemas, que naturalmente se colocavam ante a possibilidade da criação de uma tal cidade, L'Enfant propôs dar, a cada um dos estados, um quarteirão, desde que estes construíssem aí rapidamente edifícios elegantes e doar, nas mesmas condições, uma parcela, a cada uma das embaixadas estrangeiras acreditadas junto

do governo dos Estados Unidos. O arquiteto recomendou, ainda, que o governo não vendesse lotes de terra de imediato, devendo, em vez disso, emprestar dinheiro até que muitos prédios estivessem edificadas e o valor dos lotes aumentado. No entanto, estas recomendações, demasiado ousadas para um local, então, tão selvagem, não foram observadas. Além disto, problemas relacionados com a compra dos terrenos aos proprietários e com os comissários encarregados da construção da capital levaram a que Pierre L'Enfant fosse demitido, apenas um ano após terem começado os trabalhos.

Por outro lado, o Congresso aprovou uma lei, segundo a qual, o governo Americano deveria instalar-se em Washington, no ano de 1800 quer as obras estivessem ou não acabadas. E, de facto, a 1 de Novembro de 1800, John Adams, segundo presidente dos Estados Unidos, começou a residir numa, ainda inacabada, Casa Branca. Alguns dias depois chegaram à cidade os 32 Senadores e os 106 representantes, que na época compunham o Congresso (SMITH, 1967, p. 3, 5, 6, 13-16, 19-20)

No seguimento da decisão em avançar com a construção de uma capital federal para os Estados Unidos, os comissários da nova cidade, nos inícios de Maio de 1797, escreveram a Cipriano Ribeiro Freire, o primeiro representante português, junto do governo estadunidense, oferecendo a Portugal um lote de terra no novo aglomerado urbano, então em construção, para a edificação de uma residência para os representantes portugueses, junto da administração norte-americana. O diplomata agradeceu, informando que iria dar parte disto a Lisboa, e ficar a aguardar ordens. Na mesma altura, os ministros da Espanha, Grã-Bretanha, Holanda e possivelmente da França receberam propostas do mesmo tipo. No entanto, já em 1794 fora feita, pelos comissários, ao encarregado de negócios de Carlos IV, uma oferta verbal de um local na cidade de Washington. Apesar da resposta positiva do governo espanhol, esta dádiva, até 1797, não teve quaisquer consequências, devido aos vários problemas decorrentes da edificação do novo centro urbano.

Os enviados de Madrid e Londres partiram quase de imediato para a nova cidade, a fim de escolher a parcela de terreno que melhor lhes conviesse. Freire, porém, não achou apropriado proceder a esta diligência sem autorização expressa do seu governo. Caso fosse decidido aceitar o terreno oferecido, pedia para lhe ser indicado se o deveria ir escolher, bem como e quando começaria a obra. Além disto, achava preferível que fosse enviado de Portugal o projecto do edifício a construir (SOUSA, 1988, p. 67-68; RIBEIRO, 1997, p. 391)<sup>1</sup>.

As autoridades portuguesas deram ordens no sentido de que a oferta dos Estados Unidos fosse aceite e ordenaram ao seu ministro residente para se deslocar a Washington, a fim de escolher o terreno. Este, contudo, teve de adiar a viagem até à Primavera de 1798, devido à neve e ao gelo, que, inclusive, tinha feito parar as obras (SOUSA, 1988, p. 67-68; RIBEIRO, 1997, p. 391). De facto, de acordo com o diplomata, em ofício enviado para o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho:

---

<sup>1</sup> A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 551 (1797-1812)*. Ofício nº. 117 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 20 de Maio de 1797.

*"as continuadas néves, e gêlos que tem predominado desde o mez proximo passado, fizeram cessar todas as obras-publicas, e particulares, na cidade federal de Washington, até a Primavera proxima; e os mesmos commissarios se acham auzentes daquella nova capital: rasão por que tenho forçosamente differido para o tempo conveniente de passar áquelle sítio, para a acceitação que devo fazer, conforme as reaes ordens de Sua Magestade, do chaõ que os ditos commissarios tem offerecido a Portugal, para a edificação de huma caza que sirva de residencia aos ministros de Sua Magestade Fidelissima nestes Estados Unidos. — E consequentemente, só depois da escôlha, e acceitação do terreno, he que poderei ter a honra de transmittir a V. Ex<sup>a</sup>. as mais informações que me vêm prescriptas; do plano do sítio e edificio conveniente (com commodidade mas sem luxo) e do orçamento da despeza que elle poderá importar"<sup>2</sup>.*

Em Maio do ano seguinte, finalmente, o diplomata luso dirigiu-se à cidade em construção, onde examinou vários locais e falou com diversas pessoas, enquanto esperava pela chegada dos comissários. Um deles, Gustav Scott, logo que regressou, entrou em contacto com o diplomata português, colocando-se à sua disposição e chamou a atenção para o facto do lote, só poder ser escolhido entre os que eram propriedade federal. Os espaços destinados, no plano original, às representações estrangeiras não agradaram a Cipriano Ribeiro Freire, por não serem salubres, além de que uma vez cercados por construções particulares ficariam sem vista nenhuma. Também não achou próprios para local de residência, de um representante diplomático, outros terrenos que lhe foram propostos. Assim, escolheu um quarteirão, com uma localização excelente, situado mesmo ao lado do domicílio oficial do Presidente dos Estados Unidos, conforme se vê assinalado no plano I (ver também plano II) (RIBEIRO, 1997, p. 392)<sup>3</sup>.

Cipriano Ribeiro Freire descreve a parcela escolhida dizendo que ela se situava:

*"sobre huma collina, ou elevação de 53 pés ao nivel da maré preamar no rio Potomac, que fica situada a breve conveniente distancia da caza do Presidente dos Estados Unidos, e das repartiçoens de estado e govêrno; gozando da vista dos jardins proximos sobre que domina, do prospecto vasto dos dous grandes rios e partes de Virginia e Maryland, e unindo em sí todas as conveniencias que se podiam dezejar."*

---

<sup>2</sup> Id., *correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 551 (1797-1812)*. Ofício nº. 128 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerras, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 1 de Dezembro de 1797 e Ofício nº. 130 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 28 de Dezembro de 1797.

<sup>3</sup> O plano I reproduzido está guardado nas colecções da Biblioteca Nacional de Lisboa e foi enviado para Lisboa anexo ao ofício nº. 140 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 10 de Junho de 1798, a que fazemos referência na nota seguinte.

Este terreno, a leste do lote 171, é presentemente um espaço verde incluído no quarteirão delimitado pela 17th Street, pela State Place, pela South Executive Avenue e pela E Street, a sudoeste dos jardins da Casa Branca. Conforme se vê, a localização era excepcional e a melhor que havia para oferecer a qualquer país. Os comissários reuniram-se e aprovaram esta escolha, prometendo que não seria autorizada a construção de edifícios à volta, que obstruíssem a vista (ver plano III) (SOUSA, 1988, p. 68-69; RIBEIRO, 1997, p. 392)<sup>4</sup>.

O representante português, apesar de, conforme referimos, ter dito preferir que o projeto do edifício, a implantar no lote doado, fosse feito em Portugal, não perdeu tempo a encomendar ao arquiteto inglês George Hadfield, que dirigia e superintendia as obras do Capitólio. A construção devia ser baixa, pois o terreno era vasto e situava-se num ponto elevado. O ministro preferia uma casa de tipo inglês, com as dependências anexas (cozinha, copa e adega) debaixo do primeiro andar, influência da sua prolongada estada na Inglaterra. Já a cocheira, cavalariça, palheiro e quartos de alguns criados deviam situar-se em edifício separado, havendo em tudo isto o senão de serem necessários quase 52.000 dólares para a conclusão de uma tal obra (ver documentos n.ºs 1 e 2) (RIBEIRO, 1997, p. 393)<sup>5</sup>.

Apesar deste início auspicioso, a verdade é que não se chegou a construir nada na parcela cedida, tendo para isso contribuído vários factores. Freire regressou a Portugal, em finais de 1799 e o governo português não teve nenhum representante diplomático junto do executivo dos Estados Unidos, até 1805. Depois desta data, e até 1816, os interesses portugueses estiveram a cargo de um simples encarregado de negócios. A isto podemos acrescentar, o elevado custo da construção projectada e o facto de Portugal ter vivido momentos difíceis a partir de 1800, tendo o país de fazer face a necessidades bem mais prementes, como a Guerra das Laranjas (1801), a partida da família real para o Brasil, a ocupação francesa (1807-1811) e as guerras civis subsequentes, não se coadunavam com a construção de um edifício dispendioso para alojar a sua representação na nova capital americana. Por outro lado, os diplomatas portugueses, caso do abade José Correia da Serra, preferiram continuar a viver em Filadélfia, cidade muito mais sofisticada e atractiva, do ponto de vista cultural, que Washington (MAGALHÃES, 1991, p. 57; RIBEIRO, 1997, p. 393).

Foi necessário esperar por 1850, para, que o ministro residente de Portugal junto da administração americana, Joaquim César de Figanière e Morão, chamasse a atenção do governo português, para o “terreno, na cidade de Washington pertencente à coroa de Portugal”, tendo inclusive tirado uma cópia do Livro de Registos existente nos arquivos da capital estadunidense, que enviou para Lisboa. Aí constava:

---

<sup>4</sup> A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 551 (1797-1812)*. Ofício n.º. 140 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 10 de Junho de 1798.

<sup>5</sup> Id., *ibid.* Ofícios n.ºs. 144 e 146 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datados de Filadélfia, 1 de Novembro e 23 de Dezembro de 1798.

*“o instrumento passado pelos comissionados da cidade e aprovado pelo Presidente João Adams pelo qual se concedia a Sua Magestade a Rainha de Portugal e a seus herdeiros em propriedade perpetua a dita porção de terreno na mesma cidade para n’elle se construir uma caza para a residencia do ministro de Portugal.”*

Ante isto, a rainha D. Maria II tinha passado uma Procuração especial a Figanière e Morão, a fim de tratar deste assunto, ressaltando, no entanto, a possibilidade de lhe “dar ordens ulteriores convenientes”.

Assim, Joaquim César de Figanière e Morão começou a sua investigação. Não tendo encontrado nenhum documento no arquivo da Legação de Portugal em Washington, conseguiu cópias da correspondência entre Cipriano Ribeiro Freire, o Departamento de Estado e os Comissários responsáveis pela construção da cidade no arquivo do *Commissary of Public Buildings*, com excepção da carta, enviada a 18 de Setembro de 1796, pelo Presidente George Washington aos ditos comissários. Curiosamente o diplomata descreve assim o referido terreno:

*“sendo certo que o terreno concedido he improprio por insalubre, para a construção d’uma caza para a residencia do ministro de Sua Magestade, sendo além disso n’um local em que se tem plantado arvores e gradado parecendo querer reservar-se para recreio dos cidadãos; julguei seria mais agradavel a este Governo trocar o terreno concedido por outro em outra parte da cidade ou Districto de Columbia.”*

No entanto, ciente da falta dos fundos necessários, por parte do governo português, para a construção do edificio, do uso que o governo estadunidense lhe queria dar, da dificuldade em o utilizar para a finalidade para a qual fora concedido; ou seja a construção de um edificio para alojar a Legação Portuguesa e a despesa que a administração americana iria ter com a compra de outro lote de terra. O diplomata era de opinião que, se os Estados Unidos adquirissem

*“uma caza particular decente com porção mais pequena de terreno que poderia adquirir por menos dinheiro do que a referida despeza que a dita troca imporia. Dando-nos posse e propriedade da dita caza e terreno, abandonaríamos a previa concessão que ficava annullada.”*

Deste modo, quando deixara Washington, no princípio do Verão de 1851, havia entregue toda a documentação, relativa a esta matéria, a um certo senhor Jasistro, a fim deste tratar do assunto.

Contudo, as diligências do referido Jasistro tinham tido um resultado contrário ao pretendido, pois, após algumas conversações com as autoridades americanas e ter, inclusive, tido uma entrevista com o Presidente Fillmore, este

disse-lhe “*não ser possível fazer a troca sem autorização do Congresso*”, além de que, em sua opinião, seria desejável consultar o Procurador-Geral dos Estados Unidos. Deste modo, o Presidente ficou com toda a documentação, tendo-a, de facto, enviado ao Procurador-Geral Crettenden. Este deu o seu parecer por escrito, dizendo que a doação era inválida “*porque os commissionados da cidade de Washington não têm autoridade alguma nem por acto do Congresso nem pelos contractos com os possuidores do local onde se estabeleceu a capital, para fazer semelhante donativo.*”

A este respeito Figanière e Morão afirma que o juízo do Procurador-Geral, ao contrário do este diz, não era uma comunicação oficial ao ministro de Portugal, mas simplesmente uma carta escrita ao Senhor Jasistro e que

*“o que agora acontece á cerca deste assumpto – opinar-se annullada uma concessão d’uma para outra potencia feita por Instrumento Publico – será, talvez, de estranhar se não considerassemos o mui limitado poder que que a Constituição concede ao executivo. Sem a opinião favoravel do Procurador-Geral dos Estados Unidos não era possível ao Prezidente proceder neste negocio.”*

Crettenden, que era membro da Administração, dera certamente uma opinião conscienciosa, após ter examinado os documentos que lhe haviam sido facultados. No entanto, Joaquim César de Figanière e Morão afirmava que este não era uma apreciação definitiva, pois o Congresso podia sempre confirmar a doação. Contudo, terminava o seu ofício com o seguinte conselho.

*“Estou porem que o Governo de Sua Magestade será de parecer que se dê por concluído este negocio com a referida consulta ou opinião que he de natureza daquellas que por delicadeza e dignidade propria se não deve contestar mas Sua Magestade a Rainha mandará o que for servida.”*<sup>6</sup>

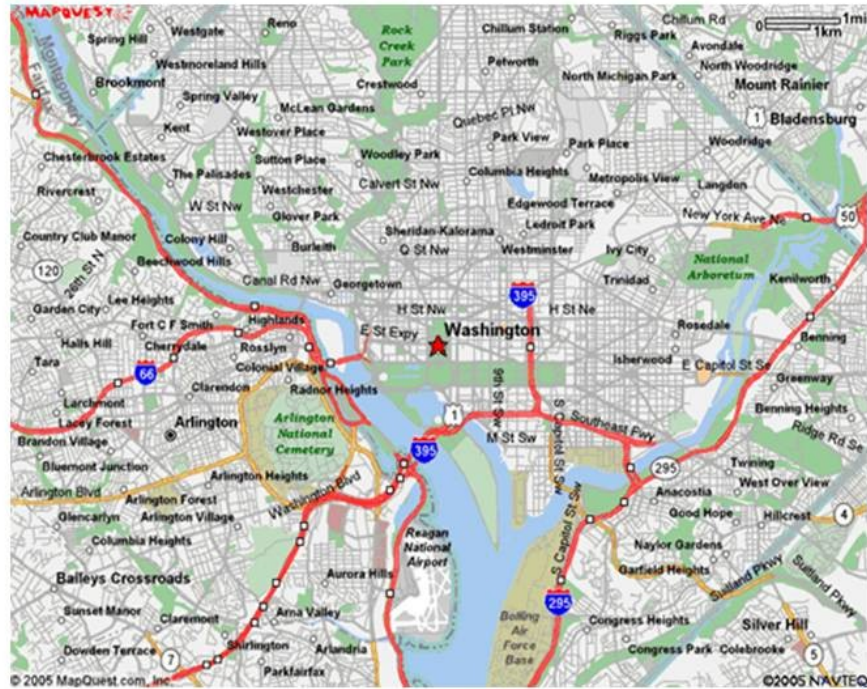
E assim, parece dar-se como encerrado o assunto relativo ao excelente lote de terreno doado a Portugal pelo governo dos Estados Unidos, em 1798, para a edificação da sua embaixada na, ainda em construção, nova cidade capital dos Estados Unidos. Dizemos, parece, porque, apesar de termos procurado entre a documentação guardada nas Caixas da Legação de Portugal em Washington até 1861, início da Guerra da Secessão, não encontramos mais nada sobre este assunto. Isto, porém, não quer dizer que, posteriormente ao conflito, não tenham havido novas negociações acerca da localização do edificio da representação de Portugal na capital estadunidense. Apenas uma investigação aturada para o período posterior à Guerra Civil nos poderá dar resposta a esta dúvida.

---

<sup>6</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação em Washington, caixa 325. Ofício de Joaquim César de Figanière e Morão para António Aluizio Jervis de Atougua, datado de Nova Iorque, 6 de Fevereiro de 1852.



Plano II  
Plano actual de Washington, DC



Fonte: <http://www.interhousingsolutions.com/corporate> (acesso dia 27 de Janeiro de 2012 às 13h 00m)



Fonte: O plano I reproduzido está guardado nas coleções da Biblioteca Nacional de Lisboa e foi enviado para Lisboa anexo ao ofício nº. 140 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luis Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 10 de Junho de 1798

## BIBLIOGRAFIA

BROWN, Dan – *O Símbolo Perdido*. Lisboa: Bertrand Editora, 2009.

GODINHO, Vitorino Magalhães — *Portugal e as frotas do açúcar (1670-1770)*, in «Ensaio II. Sobre História de Portugal», 2ª. ed., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1978, p. 423 a 448.

MAGALHÃES, José Calvet de – *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América 1776-1911*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1991.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Comércio e Diplomacia nas Relações Luso-Americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento policopiada.

SERRÃO, José Vicente — *O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução*, in MATTOSO, José (dir. de) — «História de Portugal, vol. IV, O Antigo Regime», s.l., Círculo de Leitores, 1993, p. 71 à 117.

SIDERI, Sandro — *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, Livraria Martins Fontes/Edições Cosmos, 1978.

SMITH, Howard K. – *Washington D.C. The Story of our nation's capital*. Nova Iorque: Random House, 1967.

**IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica**  
ISBN 978-972-8932-88-6

SOUSA, Maria Leonor Machado de — *Um ano de diplomacia luso-americana. Francisco Solano Constâncio (1822-1823)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.